

Prefácio

A opacidade histórica das coleções etnográficas

Este livro tem como ponto de partida o encontro da autora com coleções etnográficas recolhidas em Angola, sob ocupação colonial portuguesa, há muitos anos, por missionários da Congregação do Espírito Santo – a mais importante ordem missionária católica do colonialismo português tardio. Agora, em 2025, a maioria destas coleções encontram-se na posse de museus de etnologia em Lisboa e em Coimbra. Ao leitor desta obra começo, por isso, por pedir um breve exercício de imaginação que o coloca num semelhante ponto de partida.

Imagine-se de visita a uma típica mostra etnográfica no museu de uma cidade europeia. Imagine-se perante dezenas de artefactos – ditos africanos, por exemplo – dispostos e ordenados em vitrines. Imagine-se perante a luminosidade de uma dessas vitrines. Imagine o tanto que lhe é dado a ver: as coisas, os seus detalhes. Aqui, uma figura talhada em madeira; ali, um cachimbo encimado por pequenas estatuetas; além, uma tampa de panela e nela, esculpida, uma fera pronta a devorar um corpo prostrado. Cores, matérias, formas, inscrições. Imagine um espaço nessa vitrine (ou perto dela) onde se pode ler uma ligeira porção de texto – um rótulo ou uma legenda – indexado aos objetos. Imagine o texto de uma dessas legendas, suponhamos este: «Tampa. *Pot lid* MNE: AE.307. Woyo. Povo Grande Cabinda Angola». Função. Referência em catálogo. Nomes de grupo étnico, nomes de lugar – nomes juntos que definem o sentido e a

autenticidade etnográfica da peça. Imagine, mais ao lado, algum texto adicional sobre o significado dessa função. Em destaque, lê-se o nome da pessoa do «coletor» – europeu, presume-se – que, junto da gente e dos lugares africanos desses nomes, recolheu todas essas coisas que lhe é dado a ver. Imagine, enquanto percorre com o olhar as vitrines, ocorrerem-lhe estas perguntas: que história encerra, e que história pode explicar, o objeto, a coleção, o coletor, a legenda, ou o próprio museu em que se encontra? Como chegou aqui, por exemplo, esta «tampa» de Angola? Como e porquê foi recolhida, estudada, classificada, ordenada? Imagine o silêncio dos objetos e dos textos face a estas perguntas. Imagine que, afinal, o tanto que lhe é dado a ver sobre muitas coisas exclui também muitas outras coisas acerca do seu trajeto histórico. Imagine, em particular, o silêncio sobre um dos aspetos mais sensíveis e pertinentes do passado dessas coleções etnográficas: a sua história colonial.

A exposição de antropologia em que imaginariamente se encontra é um regime sensório de forte visibilidade – mas também de poderosa opacidade. O objeto, a vitrine, os pequeninos rótulos impõem ao visitante uma espécie singular de opacidade que recai, acima de tudo, sobre a história do processo que transformou o objeto em matéria de coleção e exposição propriamente «etnográficas». A transparência da vitrine permite ao seu olhar perscrutar a materialidade do objeto; a vitrine, contudo, evita a transparência sobre o seu passado histórico. O regime sensório é desenhado para suscitar no observador intensas impressões, predominantemente visuais, acerca do *Outro* antropológico – aqui, imagine, uma alteridade «africana» distante, quase suspensa no tempo. Este é um tipo de regime de visibilidade no qual domina o princípio da «autenticidade» etnográfica, comum na museologia científica da antropologia do século xx, conforme analisa Ana Rita Amaral nesta obra. Neste regime sensório, a seu modo também um regime de discurso, a valia do artefacto (e do texto-legenda que o acompanha) reside primordialmente na sua qualidade de manifestação material genuína da «cultura» de certa sociedade ou etnia africana. Toda a «ordem do discurso» visto, escrito e/ou dito, como lembrou Michel Foucault, implica interditos, procedimentos de controlo e efeitos de exclusão.¹ A ordem do discurso

¹ Michel Foucault, *L'ordre du discours. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970* (Paris: Gallimard, 1971).

expositivo centrado na autenticidade etnográfica do objeto não é diferente. Ela resulta em efeitos diversos (mesmo que involuntários) de relativa ocultação daqueles atributos das coleções etnográficas que, na aparência, se afastam da exaltação totalitária da «autenticidade» dita indígena da peça, ou que de algum modo se receia que prejudiquem essa autenticidade. A historicidade das coleções parece ser, muitas vezes, um desses atributos sacrificados por esta ordem discursiva. Por outras palavras: o regime de visibilidade estruturado em torno da «autenticidade» etnográfica dos objetos é um regime tendente a produzir a opacidade da história das coleções etnográficas e, em particular, da sua história colonial.

O livro que tem nas mãos quebra o véu desta opacidade histórica. A obra de Ana Rita Amaral é um importante antídoto contra a carência de densidade histórica sobre o percurso colonial do património cultural africano em museus portugueses. O leitor desta obra pode embrenhar-se nos bastidores do passado dos artefactos africanos que se tornaram coleções etnográficas europeias. Através de um trabalho tenaz, meticoloso, rigoroso de investigação, a autora penetrou nos recônditos meandros da materialidade dos objetos; da documentação arquivística; das memórias de curadores, missionários e antropólogos em Angola, Portugal e noutros lugares da Europa, para nos revelar a história de recolha, cuidado, interpretação, estudo, exposição e circulação de uma multiplicidade de coleções missionárias angolanas, desde o século XIX até aos dias de hoje. A análise da trajetória destas coleções resgata a importância dos missionários católicos para a história do colonialismo português tardio e, em particular, para a história da disciplina da antropologia e dos principais museus antropológicos em Portugal. A análise resgata, além disso, as muitas histórias do período colonial que se escondem por detrás de objetos etnográficos em reserva ou em exposição.

As coleções etnográficas que vieram de fora da Europa são, com frequência, coleções coloniais. Reféns de um ideário purista da autenticidade etnográfica, muitos museus ainda pouco esclarecem, ou raramente colocam no centro, a história colonial das coleções etnográficas que são dadas a ver e a ler em exposição. Por isso, o visitante que as observa é amiúde conduzido a evitar ou a ignorar os nexos históricos que ligam as coleções no presente aos seus complexos e difíceis passados coloniais. Porém, o tempo pós-colonial – o tempo atual em que escrevo estas linhas – exige que este tipo de opacidade

histórica se desfaça, se desvele. O debate que se desenrola, de forma acelerada desde a década de 2010, sobre a restituição de património de origem colonial às ex-colónias europeias impõe que a visibilidade do passado colonial das coleções etnográficas em museus europeus (e não só) seja tarefa premente e necessária. A apreciação da qualidade artística e sociocultural distintamente africana das coleções etnográficas não pode ser esquecida. Mas a atenção a esta qualidade, como sugere esta obra, não pode ou não deve sacrificar o esforço de transparência sobre os mecanismos de saber e de poder que explicam a formação histórica dessas coleções. Reinventar a ordem do discurso; remodelar o regime sensorio que orienta o olhar; fazer transparentes os processos, as contingências, as práticas epistémicas, éticas, sociais e políticas que conduzem à transformação do artefacto em coleção etnográfica. Eis então, talvez, um dos desafios para o leitor desta obra que eu imagino também o visitante, passado ou futuro, de museus de etnologia. Este trabalho leva-nos por caminhos que a típica mostra etnográfica se habituou a evitar. Concluo, então, com um outro pedido ao leitor. Prepare-se para um exercício de imaginação em sentido algo diferente daquele com que iniciei este prefácio. Imagine-se de visita a outra mostra etnográfica no museu de uma cidade europeia. Imagine-se, agora, num espaço onde a história das dezenas de artefactos etnográficos africanos expostos não é omitida – mas antes, a cada passo, inquirida e revelada. É esse espaço que este livro nos desafia a imaginar.

Ricardo Roque
Instituto de Ciências Sociais da
Universidade de Lisboa

Abreviaturas

AAS	<i>Acta Apostolicae Sedis</i>
ACSSp	Arquivos Gerais da Congregação do Espírito Santo
AGU	Agência Geral do Ultramar
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
APACSSp	Arquivo da Província Angolana da Congregação do Espírito Santo
APPCSSp	Arquivo da Província Portuguesa da Congregação do Espírito Santo
BGC/BGU	<i>Boletim Geral das Colónias / do Ultramar</i>
BPP	<i>Boletim da Província Portuguesa da Congregação do Espírito Santo</i>
CEAC	Centro de Estudos de Antropologia Cultural
CEPS	Centro de Estudos Políticos e Sociais
CSSp	Congregação do Espírito Santo
JIU	Junta de Investigações do Ultramar
JMGIC/U	Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais / do Ultramar
LIAM	Liga Intensificadora da Acção Missionária
MAC	Missões de Angola e Congo
MCUC	Museu da Ciência da Universidade de Coimbra
MCUC-AA	Museu da Ciência da Universidade de Coimbra – Arquivo de Antropologia
MLAUC	Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra
MEU	Museu de Etnologia do Ultramar
MNE	Museu Nacional de Etnologia
MNE-A	Museu Nacional de Etnologia – Arquivo
MRAC	Musée Royal de l’Afrique Centrale